

N.º: Gp1879-IX
P.º 30.06.01.31
Data: 29.09.2011

Assunto: Exemplos de má gestão do Serviço Regional de Saúde

**Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores membros do Governo,**

Todos nós sabemos que a saúde é uma área difícil, sensível e de gestão complexa. É igualmente verdade que temos de tomar opções, traçar metas e objectivos e almejar alcançá-los, numa luta sem tréguas e constante, sempre com o objectivo de satisfazer o bem comum.

Nos últimos tempos, temos assistido a várias aparições do Secretário Regional da Saúde para anunciar medidas que não vão, na essência, ao encontro da satisfação das necessidades dos utentes: foi a implementação, à pressa, de taxas moderadoras no acesso ao Serviço Regional de Saúde (SRS); foi o taxar, rapidamente, os serviços prestados pelos delegados de saúde e médicos de saúde pública; foi a revisão das regras de acesso aos reembolsos decorrentes do recurso à clínica privada; foram os cortes nos exames complementares de diagnóstico e, atabalhoadamente, a implementação da receita electrónica...

O Senhor Secretário Regional justificou-se sempre com a Troika, como coisa que fosse a Região que tivesse solicitado um saneamento financeiro e o Governo Regional assinado um memorando de entendimento!

Hoje, o sector da saúde é dos mais endividados da Região. Os hospitais EPE estão tecnicamente falidos.

A SAUDAÇOR é das entidades do Sector Público Empresarial Regional que maiores responsabilidades financeiras tem assumidas a médio e longo prazo e que mais contribuiu para o aumento da dívida indirecta da Região.

Por antítese, o Conselho de Administração da SAUDAÇOR é dos mais bem pagos da Região.

As dificuldades financeiras do sector atingiram um ponto tal que o Secretário Regional viu-se obrigado a ter que pedir aos fornecedores das unidades de saúde um aumento para o dobro do tempo de espera do pagamento dos bens e serviços adquiridos.

**Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,**

Na semana passada, foi apresentada publicamente a nova Presidente do Conselho de Administração da SAUDAÇOR, de sua graça, Rosa Augusto Valente de Matos.

Curioso! Até há pouco tempo a futura Presidente da SAUDAÇOR era conhecida como Rosa Matos Zorrinho.

A viagem de avião até à ilha Terceira fez a senhora perder um dos nomes, quiçá para não ser associada a Carlos Zorrinho, ex-coordenador do Plano Tecnológico de Sócrates (que deu o prejuízo que deu com os computadores Magalhães), ex-Secretário de Estado da Energia e da Inovação do último governo socialista e actual líder parlamentar do PS na Assembleia da República.

Pormenores à parte, o que é certo é que a Senhora Zorrinho... Perdeu um nome pelo caminho! Nos Açores, é a Senhora Valente de Matos.

Eis, um exemplo da solidariedade Açoriana; um contributo para diminuir a taxa de desemprego do Continente!

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Outro investimento que o CDS-PP tem denunciado ao longo dos anos (e mais uma vez tivemos razão!) é aquele que diz respeito ao Sistema de Informatização da Saúde – Açores Região Digital (SIS-ARD).

Este é um mau exemplo de gestão. Desde logo, porque a SAUDAÇOR adjudicou este projecto a uma empresa espanhola que a própria SAUDAÇOR classificava como tendo “*um mau indicador económico-financeiro*”, sendo referido que a empresa “*não tem viabilidade económica*”. Mais uma vez fomos solidários!

O SIS-ARD era, segundo o Governo, “*pioneiro a nível nacional e mesmo a nível europeu*” e “*mais do que uma mera introdução da tecnologia (...) um momento de viragem que entra em ruptura com o actual sistema*”.

O que é certo é que, como sempre afirmamos, o SIS-ARD não serve para quase nada. E não serve, por exemplo, porque não está certificado pelo Ministério da Saúde para efeitos da prescrição electrónica nas unidades de saúde.

Conclusão, depois de muitos milhões de euros gastos e de atrasos inconcebíveis (o SIS-ARD foi apresentado em 2006 e era para estar concluído em “meados de 2008”), o Governo Regional viu-se forçado a ter que gastar mais uns milhares largos de euros na aquisição de novo software para que os médicos possam proceder à prescrição electrónica.

Neste particular, a Região andou tão à frente, tão de forma “pioneira” que foi obrigada a gastar duas vezes.

**Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,**

Mas o pior é que agora, com a decisão de introdução da prescrição electrónica, existem cidadãos a quem os médicos não conseguirão passar receitas.

Refiro-me, por exemplo, a todos aqueles Açorianos a quem foi dito, nos primórdios do processo burocrático para a implementação do cartão do utente, que o mesmo já não serviria para nada, visto o acesso aos cuidados de saúde passar a ser feito mediante apresentação do cartão de cidadão.

Ora, acontece que quem possuiu bilhete de identidade vitalício e lhe foi negado o cartão de utente do SRS e não fez o cartão de cidadão não tem número de utente do Serviço Nacional de Saúde. Ou seja, a partir de agora sempre que recorrerem aos serviços de saúde na Região estão impossibilitados de obter uma receita porque não constam da base de dados nacional associada à prescrição electrónica.

Ora, impõe-se perguntar se terá o Governo Regional, entidade de bem e, como já constatamos, sempre solidária com os mais necessitados, algum procedimento previsto para colmatar este inconveniente provocado aos utentes?

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Esta semana debatemos finanças públicas. As contas regionais, aparentemente, estão longe de se poderem comparar a “colossais” buracos financeiros existentes em outras latitudes, mas constatamos, em pequenos exemplos, aqui apresentados, que poderiam estar ainda melhores se a saúde fosse eficazmente gerida nesta Região.

Em conclusão e relativamente aos investimentos informáticos feitos em saúde sempre se poderá aplicar a teoria Martin Heldegger, conceituado filósofo alemão: *“Quem pensa em grande... também erra em grande”!*

O Presidente do Grupo Parlamentar



Artur Lima